

Análise da Necessidade de Capital de Giro, Endividamento e Liquidez de uma Empresa do Ramo Sucroalcooleira: um Estudo de Caso na Usina Coruripe S/a

Patricia de Carvalho Diniz Soares
patriciacdiniz@gmail.com
UFAL

Magno Willams de Macêdo Farias
magnowmufba@gmail.com
UFAL

Fábio Henrique de Lima Soares
fabiohsoares@ig.com.br
FMN

Resumo: A primeira usina canaveira do estado de Alagoas foi fundada no ano de 1981 pelo Barão de Vandesment. Ao longo dos anos o setor foi se desenvolvendo em Alagoas se tornando um dos setores mais importantes da economia alagoana. Em meio às indústrias que atuam neste setor em Alagoas, merece destaque a Usina Coruripe, a maior indústria deste ramo do Norte/Nordeste. Para a realização deste trabalho foram analisadas as demonstrações financeiras da usina nos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009, com o objetivo de analisar a administração das finanças da empresa, a partir da observação da Necessidade de Capital de Giro, Endividamento e de sua Liquidez. Diante desta análise constata-se que, a Usina Coruripe possui uma boa saúde financeira embora possua um alto grau de endividamento, principalmente o de curto prazo.

Palavras Chave: Necessidade Capital - Capital de Giro - Liquidez - Endividamento - Análise Financeira

1. INTRODUÇÃO

Numa economia cada vez mais globalizada e com um mercado cada vez mais competitivo, onde a todo o momento surgem novos concorrentes e os clientes estão cada vez mais exigentes, manter uma adequada gestão dos recursos financeiros é fator preponderante para sobrevivência de qualquer organização, seja ela, de pequeno, médio ou grande porte.

Para conseguir manter uma boa saúde financeira é de fundamental importância que o administrador conheça e exerça uma boa gestão do capital de giro da organização, exercendo domínio sobre os fatores que influenciam nessa administração como: os índices de liquidez; os níveis de endividamento; os prazos médios; os ciclos financeiros e operacionais e a necessidade de capital de giro.

Esses fatores podem ser analisados a partir das demonstrações financeiras das empresas, como o balanço patrimonial e a demonstração de resultado do exercício, pois nelas estarão contidas todas as informações necessárias referente às operações dessas organizações em um determinado período de tempo. São a partir das informações contidas nessas demonstrações que os analistas de balanços tomam suas decisões sobre que caminhos devem ser percorridos pela organização. Segundo Ribeiro (2004, p.17) *apud* SOUZA et al. (2010) “a finalidade da análise de balanços é transformar os dados extraídos das demonstrações financeiras em informações úteis para a tomada de decisões por parte das pessoas interessadas”.

Neste sentido o presente estudo tem como objetivo analisar a administração financeira da empresa Usina Coruripe S/A, principalmente no que tange a necessidade de capital de giro, índices de liquidez e endividamento a partir dos dados extraídos das suas demonstrações financeiras nos períodos de 2006, 2007, 2008 e 2009.

A Usina Coruripe é umas das maiores usinas produtoras de açúcar, álcool e energia do Norte/ Nordeste. Sua matriz localiza-se no estado de Alagoas. “Alagoas que teve sua primeira usina de açúcar criada pelo francês Barão de Vendesment, que veio tentar a sorte no Brasil. Ele escolheu as terras férteis de Atalaia para implantar em 1891 a usina Brasileira”¹.

Hoje, o setor sucroalcooleiro se transformou em um dos mais importantes setores da economia alagoana, sendo uma das principais fontes para geração de emprego e para o desenvolvimento da região.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRICO DA EMPRESA²

Fundada em 1925, no município de Coruripe - AL, a Usina Coruripe é uma empresa familiar, de capital fechado, integrante do Grupo Tércio Wanderley, desde 1941. Tem como atividades a produção de açúcar, álcool e energia, através de suas quatro unidades: a Matriz, com sede em Coruripe - AL, e três filiais localizadas nos municípios de Iturama, Campo Florido e Limeira do Oeste, em Minas Gerais.

A Matriz – maior indústria produtora de açúcar e álcool do Norte / Nordeste – tem área de aproximadamente 36 mil hectares de terras próprias. Destes, 28 mil são utilizados para o cultivo da cana-de-açúcar e o restante são áreas de preservação ambiental. As filiais são também complexos industriais de grande importância para a região em que estão inseridas.

¹ Extraído do site: <http://www.sindicucar-al.com.br/historico.htm>

² Adaptação do texto disponível no site da Usina Coruripe que pode ser acessado em http://www.usinacoruripe.com.br/a_empresa/

A empresa gera atualmente cerca de 7.000 empregos diretos e 35.000 indiretos. Investe no planejamento e execução de projetos educacionais, culturais e ambientais em parceria com autoridades locais, lideranças comunitárias, instituições sociais e de ensino.

2.2. INDICADORES DE LIQUIDEZ

Para Kury (2001, p. 471) liquidez é a “qualidade ou estado de líquido; valor líquido facilmente apurável”. Em finanças, segundo Padoveze (2007, p. 135) “a palavra liquidez significa a disponibilidade em moeda corrente para fazer pagamentos.”

Os Índices de liquidez expressam à capacidade de pagamento da empresa em determinado período. Segundo Bruni (2010, p. 121) os índices de liquidez “buscam analisar a capacidade da empresa em cumprir seus compromissos acertados, como pagamentos a fornecedores, quitação de empréstimos e financiamentos bancários”. Padoveze (2007, p. 135) afirma que “os índices de liquidez querem medir se os bens e direitos da empresa (ativos) são suficientes para a liquidação das dívidas”. Porém, Padoveze (2007, p. 136) alerta que “o analista financeiro deve ter em mente que esses indicadores referem-se apenas a uma data e, portanto, não podem simplesmente ser avaliados como indicadores definitivos de capacidade de pagamento”.

Devido às características, quanto ao prazo de pagamento e a liquidez das contas do ativo e passivo no balanço patrimonial foram criados avaliadores da capacidade de pagamento de imediato, curto e longo prazo, que são eles: liquidez corrente e liquidez seca (curto prazo), liquidez geral (longo prazo) e liquidez imediata (imediato prazo).

2.2.1. LIQUIDEZ GERAL

O índice de liquidez Geral (G) é obtido a partir da soma do Ativo Circulante (AC) com as Ativo Realizáveis a Longo Prazo (ARLP) divididos pela soma do Passivo Circulante (PC) mais o Passivo Não Circulante (PNC). Segundo Bruni (2010, p. 125) “o índice de liquidez geral possui o propósito de estudar a saúde financeira da empresa no longo prazo. Basicamente, o mesmo compara todas as possibilidades de realização de ativos da empresa”. A fórmula para obtê-lo é:

$$G = \frac{AC + ARLP}{PC + PNC}$$

Onde: o Ativo Circulante compreende todas as contas contidas no lado do Ativo no Balanço Patrimonial que tem prazo de realização de até um ano. Já o Ativo Realizável a Longo Prazo representa as contas do Ativo que tem sua realização num período superior a um ano. As contas do Passivo Circulante estão alocadas no lado Passivo do Balanço Patrimonial e compreendem as exigências de terceiros que tem vencimento em até um ano, em quanto as contas do Passivo Não Circulante compreende as contas que tem vencimentos maiores que um ano.

2.2.2. LIQUIDEZ CORRENTE

A liquidez corrente (LC) é o principal índice utilizado para avaliar a capacidade de pagamento da empresa. Ela é obtida a partir do resultado da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante. Para Padoveze (2007, p. 137) a liquidez corrente “indica a quantidade de recursos que a empresa tem nos ativos circulantes para utilização no pagamento dos passivos circulantes”, ou seja, a capacidade da empresa liquidar suas dívidas no curto prazo. Ela é apurada pela seguinte fórmula:

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

2.2.3. LIQUIDEZ SECA

Outro índice é o de liquidez seca (S), que para ser obtido é subtraído do ativo circulante o valor do estoque e o valor das despesas do exercício seguinte e o resultado é dividido pelo passivo circulante encontrado assim o valor da liquidez seca. Segundo Padoveze (2007, p. 139) “esse indicador mostra a capacidade da empresa de pagar as dívidas no curto prazo, tendo como base os ativos circulantes, menos os estoques e despesas do exercício seguinte (DespExSeg)”. Através desse indicador pode-se verificar a dependência do estoque para o pagamento das contas do passivo circulante, pois como o estoque precisará ser vendido e recebido para poder ser utilizado no pagamento, o índice de liquidez seca contará apenas com os recursos que tem uma liquidez semelhante com os das exigências do passivo circulante, tendo assim possibilidade de uma melhor avaliação, não dependendo da incerteza da vendas do estoque. Esse indicador é apurado pela seguinte fórmula:

$$S = \frac{AC - Estoques - DespExSeg}{PC}$$

2.2.4. LIQUIDEZ IMEDIATA

O quarto índice analisado é o de liquidez imediata (I), que é obtido a partir da divisão das disponibilidades pelo passivo circulante. Segundo Padoveze (2007, p. 132) “o índice de liquidez imediata representa o valor que dispõe imediatamente para saldar dívidas de curto prazo.” Para Bruni (2010, p.140):

De todos os indicadores de capacidade de pagamento, esse é o que realmente se caracteriza como de liquidez, uma vez que trabalha com os elementos patrimoniais do ativo circulante que pode ser disponibilizados imediatamente, para pagamento de contas e que são agrupados sob o nome de disponibilidades.

A fórmula para encontra o índice de liquidez imediata é:

$$I = \frac{Disponibilidade}{PC}$$

2.3. ÍNDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

Os índices de endividamento irão visualizar de forma mais abrangente qual a situação financeira da empresa. Para Téles (2003) “este índice revela o grau de endividamento da empresa”. Ainda segundo a mesma autora “a análise desse indicador por diversos exercícios mostra a política de obtenção de recursos da empresa. Isto é, se a empresa vem financiando o seu Ativo com Recursos Próprios ou de Terceiros e em que proporção”. Segundo Moreira (2003) “Os índices têm como característica fundamental fornecer visão ampla da situação econômica e financeira da empresa, além de servirem de medida para a construção de um quadro de avaliação da empresa”.

Uma análise detalhada da composição de endividamento da empresa pode ser estudada a partir do cálculo de seus índices, como demonstrado a seguir:

2.3.1. ENDIVIDAMENTO GERAL

O endividamento Geral (EG) mede o quanto à empresa está endividada junto aos seus credores, ou seja, quanto maior este índice maior será o grau de utilização de capital de terceiros, segundo Gitman (1997 p. 117) esse índice “(...) mede a proporção dos ativos totais da empresa financiada pelos credores”. Complementando, Téles (2003) traz que “este índice indica o percentual de Capital de Terceiros em relação ao Patrimônio Líquido, retratando a dependência da empresa em relação aos recursos externos”. Este índice de endividamento é obtido a partir da divisão do Capital de Terceiros (CT) pelo Capital Próprio (CP) e seu resultado multiplicado por cem, como demonstrado na fórmula abaixo:

$$EG = \frac{CT}{CP} * 100$$

2.3.2. COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

A composição de endividamento (CE) segundo Moreira (2003) “indica quanto da dívida total da empresa deverá ser pago a Curto Prazo, isto é, as obrigações a curto prazo comparadas com as obrigações totais”.

Para encontrar esse índice, o Passivo Circulante (PC) é dividido pela soma do Passivo Circulante mais o Exigível a Longo Prazo (ELP) e seu resultado multiplicado por cem; como demonstra a fórmula a seguir:

$$CE = \frac{PC}{PC + ELP} * 100$$

Segundo Téles (2003) “a interpretação do índice de CE é no sentido de que “quanto maior, pior”, mantidos constantes os demais fatores. A razão é que quanto mais dívidas para pagar a Curto Prazo, maior será a pressão para a empresa gerar recursos para honrar seus compromissos”.

2.3.3. ENDIVIDAMENTO DE CAPITAL PRÓPRIO

O índice de endividamento de capital próprio (ECP), também conhecido como índice de endividamento de curto prazo, irá mostrar o quanto à empresa está endividada em relação ao seu patrimônio líquido, ou seja, irá mostrar se as dívidas da empresa no curto prazo, que é representada pelas contas do passivo circulante, são maiores que as contas de maior liquidez da empresa, representadas pelo ativo circulante, necessitando assim da utilização de capital próprio para financiar suas operações de curto prazo.

Num contexto geral o passivo circulante financia o ativo circulante da empresa. Sendo o nível de endividamento de curto prazo calculado a partir da divisão do passivo circulante (PC) pelo ativo circulante (AC) e o resultado multiplicado por cem, como demonstrado na fórmula abaixo:

$$ECP = \frac{PC}{AC} * 100$$

2.3.4. ENDIVIDAMENTO DE LONGO PRAZO

Para medir o endividamento de longo prazo (ELP) de uma empresa, seja ela de pequeno, médio ou grande porte, é dividido o total de contas do passivo não circulante pelo ativo total e seu resultado multiplicado por cem. Esse índice serve para medir a quantidade de recursos de capital de terceiros, com prazo de exigibilidade superior a um ano, que está sendo utilizado pela empresa para financiar seu ativo total, além de avaliar se o volume de obrigações a longo prazo não está excessivo. Para a empresa só seria benéfico utilizar um alto valor de recursos de capital de terceiros a longo prazo se o retorno desse financiamento for maior que as despesas advindas do mesmo. Abaixo segue a fórmula utilizada pra calcular o nível de endividamento de longo prazo:

$$I = \frac{PNC}{AT} * 100$$

2.4. CAPITAL DE GIRO

O termo capital de giro “teve origem com os antigos mascates ianques, que carregavam suas carroças com mercadorias e percorriam suas rotas vendendo seus artigos. A mercadoria era chamada de capital de giro, pois era o que o mascate vendia (girava) para gerar seus lucros.” (BRIGHAM; WESTON 2000 *apud*, FASSINA; HOELTGEBAUM E SABADIN, 2006, p.3)

“O capital de giro representa os recursos investidos no ativo circulante da empresa, os quais são demandados para financiar suas necessidades operacionais, que vão desde a aquisição das matérias-primas ou mercadorias até o recebimento pela venda do produto acabado.” (BRIGHAM; WESTON 2000 *apud*, FASSINA; HOELTGEBAUM E SABADIN, 2006, p.3)

Segundo GITMAN (1987),

a administração de capital de giro abrange a administração das contas circulantes da empresa, incluindo ativos e passivos circulantes. A administração de capital de giro é um dos aspectos mais importantes da administração financeira considerada globalmente, já que os ativos circulantes representam cerca de 50% do ativo total, e perto de 30% dos financiamentos totais é representado pelo passivo circulante nas empresas industriais. (GITMAN *apud* PAULO; MOREIRA, 2003, p.5)

Paulo e Moreira (2003) explicam que:

o capital de giro pode ser fixo e variável ou sazonal. O primeiro é aquele mínimo, indispensável para que as necessidades operacionais geradoras de dispêndios sejam atendidas. O capital de giro variável decorre de fatores adicionais verificados em determinados períodos. Podem decorrer de crescimento de vendas, inadimplência ou atraso de recebimentos de clientes, compras imprevistas ou outras necessidades adicionais com caráter de sazonalidade. (PAULO; MOREIRA, 2003, p.6)

Algumas empresas quando necessitam de capital de giro, recorrem a financiamentos de curto prazo para financiar as suas atividades. Essa estratégia pode não ser uma alternativa vantajosa, pois as empresas terão pouca folga para quitar suas obrigações de curto prazo, tendo assim que recorrer a constantes financiamentos para manter o seu ciclo operacional.

2.5. NECESSIDADE DE CAPITAL DE GIRO

Para o bom funcionamento de uma empresa é necessário que ela possua capital de giro suficiente para realizar suas operações. Essa precisão de recursos é denominada de Necessidade de Capital de Giro. Segundo Monteiro (2003, p.4) “a Necessidade de Capital de Giro (NCG) é a diferença entre Ativos e Passivos Operacionais. É positiva quando o ciclo operacional for maior que o prazo médio de pagamento e negativa quando o contrário

ocorrer”. Ainda segundo Monteiro (2003, p.4) “a NCG tende a ser positiva e diretamente crescente em relação à evolução das vendas, se o volume de negócios cresce a demanda de investimento em giro também aumenta”.

Conforme Matarazzo (1998, p. 344), “o ativo circulante operacional é o investimento que decorre automaticamente das atividades de compra/produção/estocagem/venda, enquanto, o passivo circulante operacional é o financiamento, também automático, que decorre dessas atividades”. A necessidade de Capital de Giro provém da diferença dessas duas atividades.

Segundo Matarazzo (1998) as situações básicas que ocorrem numa empresa, com relação ao Ativo Circulante Operacional (ACO)/Passivo Circulante Operacional (PCO) pode ser resumida assim:

ACO<PCO: é a situação normal na maioria das empresas. Há uma NCG para a qual a empresa deve encontrar fontes adequadas de financiamento;

ACO=PCO: Neste caso a NCG é igual a zero e, portanto a empresa não tem necessidade de financiamento para giro;

ACO>PCO: A empresa tem mais financiamentos operacionais do que investimentos operacionais. Sobram recursos das atividades operacionais, os quais poderão ser usados para aplicação no mercado financeiro ou para expansão de planta fixa (MATARAZZO, 1998, p.344).

Como fonte de financiamento das Necessidades de Capital de Giro, Matarazzo (1998, p. 345) afirma que a empresa conta normalmente com três alternativas: Capital Circulante Próprio; Empréstimos e Financiamentos a Bancários de Longo Prazo e Empréstimos Bancários de Curto Prazo e Duplicatas Descontadas.

2.6. PRAZOS MÉDIOS

Para uma empresa é muito importante que conheça seus prazos de compras, renovação de estoque, recebimento de clientes e o pagamento a fornecedores, esses dados irão ajudar os gestores na tomada de decisões e estabelecer metas para a própria empresa.

De acordo com BRUNI (2010, p.179) “uma etapa da análise de demonstrações contábeis faz referência ao estudo de medidas de desempenho de atividades operacionais da empresa, como aquelas relacionadas às compras, vendas, pagamentos e recebimentos”.

Neste tópico analisar-se-ão os prazos de pagamento, recebimento e estocagem, pois a partir do estudo desses prazos é possível compreender como as contas contábeis se renovam. De acordo com BRUNI (2010, p. 179), “os diferentes prazos recebidos ou concedidos igualmente afetam os diferentes ciclos de um negócio – com a capacidade de intervir sobre contas operacionais, como contas a receber ou fornecedores, ou capital de giro”.

2.6.1. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

O prazo médio de pagamentos de compras representa o período médio que a empresa possui para pagar seus fornecedores, ou seja, é o período médio que irá vencer as compras realizadas pela empresa. Esse cálculo é importante para empresa, pois ele auxilia na elaboração das políticas de crédito concedidas pela empresa, onde quanto mais dilatado for o prazo médio para pagamento de seus fornecedores, mais prazo a empresa poderá oferecer a seus clientes, como também, menos recursos à empresa precisará disponibilizar para financiar suas operações. Esse cálculo é feito a partir da divisão da média de fornecedores pelas compras, multiplicados por 360, como pode ser observado na fórmula abaixo:

$$I = \frac{\text{Fornecedores}}{\text{Compras}} * 360$$

2.6.2. PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO

O prazo médio de recebimento das vendas indica à média de quantos dias a empresa leva para receber as vendas realizadas. Fatores como o volume de vendas a prazo e o prazo concedido nas vendas influenciam no prazo médio de recebimentos dessas vendas. Essa média é encontrada pela multiplicação do total das duplicatas a receber (DR) vezes 360 (que equivale há um ano) divididas pelo valor das vendas, como demonstrado na fórmula abaixo:

$$PMRC = \frac{DR}{Vendas} * 360$$

2.6.3. PRAZO MÉDIO DE RENOVAÇÃO DO ESTOQUE

Por representarem aplicações de recursos, manter produtos em estoque por um longo período pode representar um alto custo para a empresa, como também, permitir que estes mesmo produtos faltem, poderá ocasionar perda de clientes e uma conseqüente redução no volume de vendas trazendo prejuízo para empresa. Com o calculo do prazo médio de renovação de estoque a empresa identificará o período médio que ela necessita para renovar seu estoque, podendo assim planejar uma melhor política de estocagem de produtos, reduzindo assim custos.

Para calcular o prazo médio de renovação de estoque (PMRC) dividimos o estoque médio pelo custo de mercadoria vendida (CMV), que é encontrado somando o estoque inicial mais as compras do período e o resultado subtraído pelo estoque final, multiplicado por 360, como mostra a fórmula abaixo:

$$PMRC = \frac{Estoque}{CMV} * 360$$

2.7. CICLO OPERACIONAL E CICLO FINANCEIRO

Existem dois indicadores econômicos que podem ajudar as empresas nas suas decisões financeiras, que são o Ciclo Operacional e o Ciclo Financeiro; Segundo Batistella (2006) “O ciclo operacional representa as fases operacionais da empresa: da aquisição de matérias-primas, passando pela produção, pagamento de fornecedores, etc, até o recebimento das vendas, ou seja, quando o recurso “volta” ao caixa”. Sendo assim, o ciclo operacional de uma empresa compreende exatamente o período da data da compra de mercadorias ou matéria-prima até o momento em que a empresa recebe de seus clientes o valor das vendas realizadas. O ciclo operacional da empresa serve para identificar o período que a empresa precisará de capital de giro para financiar suas operações.

Para RAMOS (2008, p.3), “o ciclo financeiro ou conversão de caixa, começa com o pagamento do produto/matéria prima, que será revendida ou transformada em produto acabado, e termina com o recebimento do pagamento desse produto”. Assim, entende-se que o ciclo financeiro de uma empresa corresponde ao tempo entre o pagamento a seus fornecedores e o recebimento do dinheiro referente à venda dos produtos.

3. METODOLOGIA

O presente estudo analisou as demonstrações financeiras da empresa do ramo sucroalcooleiro denominada Usina Coruripe S/A. Os dados foram extraídos a partir das suas demonstrações contábeis nos exercícios de 2006, 2007, 2008 e 2009.

A pesquisa se caracteriza como uma pesquisa descritiva e analítica, pois segundo Chizzotti (2006, p.27), a pesquisa descritiva “restringe a descrição dos fatos” e a pesquisa analítica “ocorre quando se faz análises interpretativas dos dados e extrai conclusões”.

A pesquisa ainda se utiliza de instrumentos quantitativos e qualitativos e quanto aos meios se caracteriza como sendo de estudo de caso, bibliográfica e documental. De estudo de caso por se tratar da análise de um único objeto. É dita como sendo bibliográfica, pois é fundamentada em registros que já foram produzidos a respeito do tema estudado, isto é, baseada em materiais disponível ao público, bem como, livros, teses, artigos científicos etc, possibilitando um maior conhecimento das informações referente ao tema tratado. (PÁDUA, 2004, p.55).

A pesquisa é dita como documental, pois de acordo com Pádua (2004, p.68) “é realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não-fraudados)”.

A partir da análise dos dados contidos nas demonstrações financeiras da Usina Coruripe foram extraídas as informações a respeito dos Índices de Liquidez, dos Indicadores de Endividamento, da Necessidade de Capital de Giro, dos Prazos Médios, do Ciclo Operacional e do seu Ciclo Financeiro, como será exposto na análise dos resultados.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. LIQUIDEZ

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE LIQUIDEZ

	2006	2007	2008	2009
Índice de Liquidez Geral	0,43	0,36	0,49	0,49
Índice de Liquidez Corrente	1,88	1,75	1,93	1,14
Índice de Liquidez Seca	1,17	1,07	0,85	0,62
Índices de Liquidez Imediata	0,14	0,27	0,46	0,40

Analisando os índices de liquidez geral da Usina Coruripe, no período de 2006 a 2009 demonstrados na TABELA 1, observa-se que a empresa apresentou uma não capacidade em saldar as dívidas de curto e longo prazo, ou seja, seu índice de liquidez geral no decorrer dos 04 anos analisados foi baixo. Tal situação pode ser observada através do índice de liquidez geral que demonstrou no ano de 2006 um valor de R\$ 0,43 (quarenta e três centavos). Pode-se afirmar que, para cada R\$ 1,00 (um real) em dívidas a empresa possuía apenas R\$ 0,43 (quarenta e três centavos) para saldá-las. Em 2007 a situação da empresa piorou. Nesse período, para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida a Usina possuía apenas R\$ 0,36 (trinta e seis centavos) para saldar suas dívidas. Já no ano de 2008, a empresa apresentou uma melhora, demonstrando uma liquidez geral de R\$ 0,49 (quarenta e nove centavos) mantendo-se constante em 2009.

No que se refere aos índices de liquidez corrente da empresa, para o período analisado, o mesmo demonstrou que a empresa possuía condições de liquidar as dívidas de curto prazo, apesar da oscilação ocorrida no período. No ano de 2006, a mesma apresentou um índice de R\$ 1,88 (um real e oitenta e oito centavos) indicando que para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida que a empresa possuía no curto prazo R\$ 1,88 (um real e oitenta e oito centavos) para saldar a mesma. No ano de 2007 esse índice sofreu uma queda chegando à R\$ 1,75 (um real e setenta e cinco centavos), voltando a crescer em 2008 com um índice de R\$ 1,93 (um real e noventa e três centavos). Já em 2009 a empresa revelou o seu menor índice, apresentando um

índice de R\$ 1,14 (um real e quatorze centavos) o que representa que a mesma para cada R\$ 1,00 (um real) de débito somente liquidava R\$ 1,14 (um real e quatorze centavos) de dívida no curto prazo. Pode-se dizer que essa evolução dos índices demonstra um crescimento nas dívidas de curto prazo da empresa.

Avaliando os índices de liquidez seca da empresa nos anos de 2006 a 2009, observa-se que a empresa vem aumentando sua dependência em relação ao uso do estoque como garantia dos pagamentos de dívida de curto prazo. Em 2006 o índice de liquidez seca foi de R\$ 1,17 (um real e dezessete centavos) demonstrando que para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida de curto prazo, a mesma possuía R\$ 1,17 (um real e dezessete centavos) de garantia para pagamento das dívidas. Através desse índice pode-se dizer que a necessidade de utilização de estoque foi de R\$ 0,71 (setenta e um centavos). No ano de 2007, o índice de liquidez seca caiu para R\$ 1,07 (um real e sete centavos), ficando abaixo da casa de um real nos anos de 2008 e 2009, com índices de R\$ 0,85 (oitenta e cinco centavos) e R\$ 0,62 (sessenta e dois centavos) respectivamente. Através da análise desse indicador pode-se afirmar que a empresa tem piorado suas condições de solvência no curto prazo a cada ano, indicando uma necessidade cada vez maior no uso dos seus estoques para manter-se solvente.

Quanto a sua liquidez imediata, a Usina Coruripe demonstrou uma melhora na evolução dos seus índices no transcorrer dos quatro anos analisados. Porém, os mesmos demonstram que a empresa não consegue liquidar todas as suas dívidas (curto prazo) fazendo uso do seu disponível (caixa/banco). No ano de 2006, a empresa apresentou um índice de liquidez imediata de R\$ 0,14 (quatorze centavos) melhorando nos anos seguintes (2007 e 2008) onde apresentou índices de R\$ 0,27 (vinte e sete centavos) e R\$ 0,46 (quarenta e seis centavos) respectivamente, o índice voltou a cair em 2009 demonstrando na tabela 1 acima no montante de R\$ 0,40 (quarenta centavos).

4.2. ENDIVIDAMENTO

TABELA 2 – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	2006	2007	2008	2009
Endividamento Geral	53%	41%	45%	59%
Composição do Endividamento	43%	37%	20%	42%
Endividamento Capital Próprio	47%	57%	52%	87%
Endividamento de Longo Prazo	28%	23%	32%	41%

A análise dos dados referente ao endividamento geral da empresa Coruripe, demonstrou oscilação quanto às formas de financiamento do seu ativo total, entre capital próprio e capital de terceiros, nos quatro anos da análise, como demonstra a TABELA 2.

No ano de 2006, primeiro ano da análise, a empresa demonstrou uma preponderância de financiamento de capital de terceiros de 53%, contra 47% de capital próprio, nas suas atividades. Nos anos de 2007 e 2008 a empresa reverteu sua base de financiamento para capital próprio, optando por financiar suas atividades em 2007 com 59% de capital próprio e em 2008 com 55%, apresentando um endividamento geral de 41% em 2007 e 45% em 2008. Em 2009 o endividamento geral da empresa voltou a superar a quantidade de capital próprio investida na mesma, nesse período a empresa apresentou um endividamento geral de 59%, maior índice dos quatro anos de análise.

Quanto à composição do endividamento demonstrado nos quatro anos de análise, a empresa optou, nesse período, por um maior financiamento de longo prazo, tendo assim um período maior para levantar os recursos necessários para quitar a maior parte de suas

obrigações. Em 2006, a empresa apresentou seu maior índice de endividamento de curto prazo dos quatro anos analisados (43%) em relação ao índice de endividamento de longo prazo que foi de 57%.

Em relação ao endividamento de capital próprio da empresa (endividamento de curto prazo), a análise dos dados demonstrou que vem ocorrendo um aumento do financiamento do ativo circulante da empresa com capital de terceiros de curto prazo. Sendo que em 2009 a empresa apresentou seu índice mais preocupante com 87% do seu ativo circulante financiado com recursos de curto prazo.

Com relação ao percentual de financiamento do ativo total da empresa com recursos de capital de terceiros de longo prazo, a empresa apresentou uma evolução nos níveis de endividamento ao longo dos quatro anos da análise. A empresa apresentou um aumento do endividamento de longo prazo de 28% em 2006 para 41% em 2009 e embora esse nível de endividamento seja considerado normal, a continuidade dessa evolução pode acarretar para organizar um aumento dos custos com financiamento.

4.3. CAPITAL DE GIRO

TABELA 3 – EVOLUÇÃO DO CAPITAL DE GIRO

	2006	2007	2008	2009
Análise do Capital de Giro (em milhares de reais)	_____	450.576	54.303	127.256

A TABELA – 3 apresenta os valores obtidos a partir do cálculo da necessidade de capital de giro necessário para a empresa financiar seu ciclo operacional. Com os resultados pode-se concluir que a empresa apresentou uma necessidade de capital de giro três vezes maior no ano de 2007 em relação ao ano de 2009, último ano da análise. Em 2007 a empresa apresentou uma necessidade de capital de giro para financiar suas operações de curto prazo de R\$ 450.576 (em milhares de reais), maior índice apurado nos três anos da análise. Já em 2009 a empresa reduziu sua necessidade de financiar seu ciclo operacional, necessitando de um financiamento de R\$ 127.256 (em milhares de reais).

4.4. PRAZOS MÉDIOS

TABELA 4 – EVOLUÇÃO DOS PRAZOS MÉDIOS

	2006	2007	2008	2009
Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV)	33,5	30,7	18,2	13,1
Prazo Médio de Pagamento de Compras (PMPC)	25,5	21,7	19,9	32,4
Prazo Médio de Renovação do Estoque (PMRE)	98,2	82,9	83,8	100,5

Na TABELA 4 observam-se os indicadores de rotatividade da empresa. Esses indicadores mostram o prazo necessário para a empresa realizar suas operações de curto prazo como pagamento de fornecedores, recebimento de vendas e giro do estoque.

O primeiro índice da tabela é o de prazo de recebimento de vendas, este indica a média de quantos dias a empresa levará para receber de seus clientes o valor referente às mercadorias vendidas para os mesmos. A empresa vem reduzindo ao longo dos anos a média de dias entre a venda e o recebimento de seus produtos. Em 2006, a média do prazo de recebimento das vendas era de 33,5 dias, 20,4 dias a mais que a média de prazo de 2009 que foi de 13,1 dias em média. Essa redução representa um sinal positivo para empresa, já que ela conseguirá pagar seus fornecedores com um prazo menor, negociando assim melhores preços.

O segundo índice da tabela representa o cálculo da média de prazo que a empresa teve para pagar seus fornecedores. Para a empresa quanto mais dilato for esse prazo, melhor, já que com um prazo maior a empresa terá mais tempo para conseguir o dinheiro para pagar seus fornecedores. Em 2009 a empresa conseguiu a melhor média de prazo dos quatro anos. Ela pagou seus fornecedores com uma média de prazo de 32,4 dias. Com esse prazo a empresa conseguiu uma folga de 19,3 dias entre o recebimento das vendas e o pagamento dos fornecedores.

Em relação ao prazo médio de renovação do estoque, que indica a média de prazos que a empresa leva para girar seu estoque, a empresa apresentou em 2006 um índice de 98,2 dias para renovação do seu estoque, conseguindo reduzir este tempo no ano de 2007 para 82,9. Em 2008 a empresa renovou seu estoque no prazo médio de 83,8 dias, prazo esse um pouco maior que em 2007. Seu prazo continuou subindo em 2009, precisando de uma média de 100,5 dias para girar seu estoque. Esses prazos para uma empresa comercial seriam considerados altos, mas como a empresa, neste estudo, se trata de uma indústria, esses prazos podem ser considerados satisfatórios, uma vez que a empresa passa por períodos de entre safra, precisando assim manter um estoque mínimo para abastecer o mercado neste período.

4.5. CICLO OPERACIONAL E CICLO FINANCEIRO

TABELA - 5 – EVOLUÇÃO DOS CICLOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

	2006	2007	2008	2009
Ciclo Operacional	131,8	113,6	102,1	113,6
Ciclo Financeiro	106,3	91,9	82,1	81,1

A TABELA-5 traz informações a respeito do ciclo operacional e do ciclo financeira da Usina Coruripe. O ciclo operacional de uma empresa representa o tempo necessário compreendido entre a compra de produtos ou matéria-prima e o recebimento referente à suas vendas. A empresa precisou em 2006 de 131,8 dias para realizar todo o seu ciclo operacional, já em 2009, ela conseguiu reduzir esse tempo para 113,6 dias, apresentando uma redução de 18,2 dias entre 2006 a 2009.

O ciclo financeiro representa o período que a empresa necessita para financiar as suas operações. Os dados das demonstrações analisados entre 2006 e 2009, demonstram uma redução de 25,2 dias na necessidade de financiamento do ciclo completo. Em 2006, primeiro ano analisado, os dados financeiros da empresa demonstraram uma necessidade de financiamento de capital de giro de 106,3 dias. Já em 2009, a empresa conseguiu um melhor resultado reduzindo esse período para 81,1 dias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alisando os índices calculados podemos concluir que, no que diz respeito à capacidade da Usina Coruripe para sanar suas dívidas (de curto, médio e longo prazo), (calculado através dos índices de liquidez geral, liquidez seca, liquidez corrente, e liquidez imediata), a empresa demonstra uma deficiência financeira para garantir o pagamento de longo prazo, com um potencial de pagamento de menos da metade de cada unidade de real investido, tendo o seu melhor resultado em 2008 e 2009, apresentando um índice de liquidez geral de R\$ 0,49 para cada R\$ 1,00 de dívida. No que concerne ao curto prazo, a empresa apresenta resultados favoráveis, mesmo demonstrando certa dependência dos seus estoques.

Quanto à questão do endividamento, nota-se que a Usina Coruripe apresenta uma porcentagem aceitável de endividamento, o que significa que ela trabalha com capital de terceiro em seus investimentos, sem, contudo, comprometer sua saúde financeira. Além disso, apresenta uma alta taxa de garantia dos investimentos realizados. No que tange a composição

desse endividamento, percebe-se que a maior parte do endividamento da empresa se concentra no longo prazo, o que é considerado positivo.

Com relação à necessidade de capital de giro, podemos perceber que, a empresa apresentou necessidade de financiamento para capital de giro. Enquanto que os indicadores de rotatividade demonstram que a usina apresentou uma redução no prazo de recebimento de suas vendas. No que tange ao prazo médio de pagamentos de compras a empresa obteve uma diminuição de seus prazos. Em relação ao prazo médio de renovação do estoque a empresa apresenta prazos altos, no entanto, considerados satisfatórios para uma indústria.

Com relação ao seu ciclo financeiro, a empresa conseguiu reduzir o prazo de financiamento de capital de giro ao longo dos anos analisados. Analisando a relação dos ciclos financeiros versus ciclos operacionais, foram obtidos valores bastante elevados.

Diante desta análise constata-se que, a Usina Coruripe possui uma boa saúde financeira embora possua um alto grau de endividamento, principalmente o de curto prazo. Esse alto grau de endividamento de curto prazo é provocado principalmente pelas quantidades de empréstimos com vencimentos de curto prazo que a empresa realiza.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTELLA, Flávio Donizete. Análise Dinâmica do Capital de Giro e Inflação: Um Estudo de Caso em Empresa de Recursos Hídricos. 2006. In. 6º Congresso USP- Controladoria e Contabilidade. São Paulo- SP. 2006.

BENEDICTO, Gideon Carvalho de; PADOVEZE, Clóvis Luís. Análise das demonstrações financeiras. 2. Ed. Ver. E ampl. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

BRUNI. A análise contábil e financeira / Adriano Leal Bruni – São Paulo: Atlas, 2010. – (Série desvendando as finanças; v. 4).

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisas em ciências humanas e sociais – 8.ed.- São Paulo:Cortez, 2006. – (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v.16).

FASSINA; HOELTGEBAUM E SABADIN, Os indicadores contábeis como instrumento de gestão do capital de giro: uma evidência de suas relevâncias. II Seminário de Ciências Contábeis. Blumenau/SC, 22 a 24 de agosto de 2006.

GITMAN, Lawrence J. *Princípios de Administração Financeira.* 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.

KURY. Minidicionário Gama Kury da língua portuguesa / supervisão Adriano da Gama Kury; organização Ubiratan Rosa. – São Paulo: FTD, 2011.

MATARAZZO, Dante C. Análise Financeira de Balanços: Abordagem básica e gerencial. 6 ed. São Paulo: Atlas S/A, 1998.

MONTEIRO, Andréa Alves - Fluxos de Caixa e Capital de Giro: Uma Adaptação do Modelo de Fleuriet. Apresentado no XXVII EnANPAD, Atibaia- São Paulo, 2003.

MOREIRA, LAVOR Heber. Análise dos Demonstrativos Contábeis Índices de Endividamento. Universidade Federal do Pará, 2008, p. 18

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia de pesquisa: abordagem teórico-prática. 10ª ed.rev.eatual. – Campinas, SP: Papyrus, 2004. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

PAULO, Anderson de Oliveira, MOREIRA, Héber Lavor. O Capital de Giro como fator estratégico para o desempenho econômico financeiro das empresas: Um estudo de caso. 2003. Disponível em: <<http://www.peritocontador.com.br/artigos/colaboradores/O%20Capital%20de%20Giro%20como%20Fator%20Estrat%20E9gico%20para%20o%20Desempenho%20Econ%20F4mico-Financeiro%20das%20Empresas%20-%20Um%20Estudo%20de%20Casos..pdf>> acesso em 22 de junho 2011.

RAMOS, Marcus V. Madruga. Utilizando o ciclo operacional para fazer o orçamento de caixa e calcular a necessidade de capital de giro. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/A7A999A09E5D6E9703256F980050F858/\\$File/NT000A3636.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/A7A999A09E5D6E9703256F980050F858/$File/NT000A3636.pdf)>. Acesso em: 18 maio 2011.

(Em: <<http://www.sindicucar-al.com.br/historico.htm#>>. Acesso em: 28 de junho 2011.

SABADIN, Anderson Léo; FASSINA, Paulo Henrique; HOELTGEBAUM, Marianne. Os indicadores contábeis como instrumento de gestão do capital de giro: uma evidência de suas relevâncias. 2006. II Seminário de Ciências Contábeis. Blumenau/SC

SOUSA, Sionésio Correia et al. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS NUMA EMPRESA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA – UM ESTUDO DE CASO. 2010. Trabalho apresentado no VII Simpósio de Excelência Acadêmica e Tecnologia. Resende - Rio de Janeiro. 2010.

TÉLES, Cristhiane Carvalho. Análise dos Demonstrativos Contábeis: Índices de Endividamento. 2003. Disponível em: < http://www.peritocontador.com.br/artigos/colaboradores/Artigo_-_ndices_de_Endividamento.pdf> acesso em: 15 de Maio de 2011.